



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 16ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
1.2 – 6ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear os Lions Clubes de Ouro Preto, Congonhas do Campo e Mariana pelos relevantes serviços prestados àquelas comunidades
1.3 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário
2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/3/2016

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.419 a 3.430/2016 – Requerimentos nºs 4.146 a 4.189/2016 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública, de Transporte e de Direitos Humanos, da deputada Arlete Magalhães e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bosco, Felipe Attiê, Emidinho Madeira, Elismar Prado e Deiró Marra – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Wander Borges – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (5) – Palavras do Presidente – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 2.457, 2.459, 2.461 e 2.458/2016; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Cristiano Silveira, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Altamir Araújo Rôso Filho, secretário de Desenvolvimento Econômico, agradecendo o envio do Relatório Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais 2015.

Do Sr. Caio Tibério da Rocha, secretário do Produtor Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, comunicando a celebração do Convênio nº 822270/2015, entre essa secretaria e a Epamig, bem como a liberação do respectivo recurso financeiro. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Célia Maria Corsino, superintendente do Iphan em Minas Gerais, acusando o recebimento de material referente à 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura, encaminhado por meio do requerimento da referida comissão anexado ao Ofício nº 1/2016/SGM. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa, coordenadora-geral do Gabinete do Ministro da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.355/2015, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Elder Gomes dos Reis, superintendente de Atendimento e Fiscalização do Crea-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.881/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Do Sr. Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado, encaminhando o relatório anual de 2015 produzido pela Ouvidoria-Geral do Estado.

Do Sr. Gilmar de Assis, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Participação Popular encaminhado pelo Ofício nº 3.233/2015/SGM. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gláucio de Oliveira Nangino, superintendente adjunto de Assistência à Saúde da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.188/2015, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Hideraldo Buch, coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, encaminhando moção de recomendação aprovada na última reunião desse fórum, em 2 e 3/3/2016. (– À Comissão Extraordinária das Águas.)

Do Sr. Marcelo Armstrong da Silva, diretor regional do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, encaminhando pauta de reivindicações dos agentes penitenciários filiados ao Sindpol Zona da Mata. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Rodrigo Gonçalves Marciano de Oliveira, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.789/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Wagner da Silva Sales, superintendente regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.406/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.419/2016

Altera a Lei nº 21.156, de 17 de janeiro de 2014, que institui a política estadual de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 21.156, de 17 de janeiro de 2014, o seguinte inciso VI:

“Art. 4º – (...)

VI – promoção da sucessão rural na agricultura familiar, de forma a incentivar a permanência no campo do jovem filho de agricultor familiar ou de trabalhador assalariado em atividade agropecuária.”.

Art. 2º – Fica acrescentado à Lei nº 21.156, de 2014, o seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A – As medidas de promoção da sucessão rural na agricultura familiar no âmbito da Pedraf serão executadas por meio de ações voltadas ao jovem a que se refere o inciso V do art. 5º, com o objetivo de incentivar:

I – a permanência e a ocupação no campo dos jovens egressos de escolas rurais que apliquem a pedagogia da alternância e de escolas técnicas agrícolas em atividades de produção, assistência técnica ou extensão rural;

II – o empreendedorismo rural, preferencialmente desenvolvido com base no associativismo;

III – a ampliação da quantidade e da qualidade da produção agrícola por meio da agroindustrialização e do controle de origem;

IV – a adoção de base agroecológica na produção;

V – o acesso à terra e a regularização fundiária.

Parágrafo único – O Poder Executivo poderá conceder auxílio financeiro temporário, conforme regulamento, aos jovens a que se refere o inciso I do *caput*, desde que comprovada sua inserção em programa de assistência técnica e extensão rural.”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de março de 2016.

Rogério Correia

Justificação: Entre todas as demandas da agricultura familiar, diversas delas já convertidas em programas do governo federal ou estadual, a preocupação com o processo de sucessão rural ocupa lugar de destaque, pois diz respeito à sustentabilidade social desse segmento da sociedade, responsável por elevado percentual do abastecimento alimentar no Brasil.

O processo de urbanização vivido pelo País a partir de meados do século XX, resultante de alterações das relações trabalhistas no campo, da expansão das atividades agrossilvipastoris empresariais e da imposição de novos paradigmas



tecnológicos na agricultura e na comunicação de massa, vem provocando sérias rupturas culturais e severo esvaziamento demográfico do meio rural.

Seja por expulsão, absorção ou aculturação, a população rural tradicional tem apresentado evidentes sinais de incapacidade de continuar reproduzindo seu modo de vida e costumes, o que impõe ao poder público a necessidade de implementação de políticas que promovam a sucessão rural e valorizem a qualidade biológica dos alimentos ofertados à população.

Este projeto de lei vem complementar a política estadual de desenvolvimento rural sustentável. Pela sua importância estrutural para o meio rural, conto com o apoio dos nobres colegas da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.420/2016

Autoriza o Poder Executivo a doar à Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito, com sede no Município de Belo Horizonte, o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito, com sede no Município de Belo Horizonte, o imóvel com área de 340m² (trezentos e quarenta metros quadrados) e respectivas benfeitorias, situado no Edifício JK, na Rua Guajajaras, nº 1.268, Centro, nesta capital, cuja escritura de convenção está lavrada em notas do Tabelião Everardo Vieira, às fls. 162v a 172v, do livro 164.B, e escritura de compra e venda está lavrada em notas do Tabelião Everardo Vieira às fls. 19v a 112, do livro 164.B.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento da sede da Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados do registro da escritura de doação, não lhe for dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Sargento Rodrigues

Justificação: Salienta-se, inicialmente, que a Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito ocupa o imóvel em questão desde 24 de maio de 1996, por intermédio de contratos de comodato reiteradamente renovados pelo Estado de Minas Gerais.

Nos termos do Memorando nº 836/AJ-GAB/2007, a Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais asseverou estar de acordo com o uso do imóvel pela entidade, assim como a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças.

Para a transferência de domínio de bens públicos, o art. 18 da Constituição Mineira exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação. O dispositivo excepciona a exigência de processo licitatório quando se trata de doação e permuta, na forma da lei.

O art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências, prevê que, para bens imóveis, o inciso I desse dispositivo exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação. Essa norma determina, ainda, a subordinação da transferência ao interesse público, o que pode ser observado no parágrafo único do art. 1º da proposição em comento.



Nesse sentido, presentes os requisitos legais, se pretende, com o aval do Estado, haver o imóvel por doação, para ali instalar definitivamente a sede da Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito, a fim de garantir a continuidade dos seus trabalhos, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.421/2016

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Monte Sião – Apams –, com sede no Município de Monte Sião.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Monte Sião – Apams –, com sede no Município de Monte Sião.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Paulo Lamac

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.422/2016

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural de Jaguaráçu – Condesecc –, com sede no Município de Jaguaráçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural de Jaguaráçu – Condesecc –, com sede no Município de Jaguaráçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Rosângela Reis

Justificação: O Conselho Comunitário de Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural de Jaguaráçu é entidade civil de direito privado sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver e promover ações sociais, educativas e culturais. A entidade estimula trabalhos que suscitem organização, participação e solidariedade e promove ações que visam à melhoria de vida dos cidadãos das comunidades assistidas. A documentação apresentada atende aos requisitos legais.

Pelo importante trabalho desenvolvido pela entidade, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.423/2016

Declara patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado o Parque de Exposições Bolívar de Andrade – o Parque de Exposições da Gameleira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado como patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado o Parque de Exposição Bolivar de Andrade – o Parque de Exposições da Gameleira.

Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

João Alberto

Justificação: A proposição pretende declarar patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado o Parque Bolivar de Andrade – o Parque de Exposições da Gameleira, localizado na Avenida Amazonas, no Bairro Gameleira em Belo Horizonte.

O centenário Parque da Gameleira, ao longo de sua história, vem contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado de Minas Gerais.

São 98 mil m² utilizados para a realização de eventos ligados ao meio rural, como rodeios, leilões de animais, provas hípcas, feiras agropecuárias e mostras de automóveis. Até a década de 1970, o local também era utilizado para a realização de *shows*. Para ressaltar a importância histórica do parque, destacamos que a Exposição Agropecuária de Minas Gerais, o principal evento realizado no espaço, completou 50 anos de realização em 2010.

A história do Parque começou em 1908, durante o mandato do governador João Pinheiro. O Estado comprou a Fazenda da Gameleira, por 8 mil réis, com a intenção de instalar ali um centro de formação agrícola – o Instituto João Pinheiro. Mais tarde, o espaço deu lugar ao Posto Central à Monta, com a instalação do primeiro polo de melhoramento genético de rebanhos de Minas Gerais.

O Parque de Exposições foi oficialmente inaugurado em 18/6/1938. O primeiro evento foi a Exposição de Animais e Produtos Derivados, no mandato do governador Benedito Valadares, na ocasião, o ex-presidente Getúlio Vargas marcou a ferro um animal da raça Gir para simbolizar a inauguração.

Antes disso, as exposições agropecuárias ocorriam no local onde funciona hoje o Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes da Polícia Militar, antigo DI, no Bairro Prado. Até 1941, o espaço abrigou a Feira Permanente de Animais, com vendas de exemplares de diversas raças. Entre 1942 e 1960, alguns pavilhões funcionam como laboratórios e salas de aula da Escola Superior de Veterinária.

O nome oficial de “Bolivar de Andrade” veio daquele que foi uma liderança expressiva do meio rural. Bolivar de Andrade exerceu a presidência da Federação da Agricultura de Minas Gerais – Faemg –, sendo um dos primeiros empreendedores do centenário rural a investir no Norte de Minas.

Em 1990, o Parque foi tombado pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e declarado monumento histórico, e atualmente sua administração está sob a responsabilidade do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Em vista do exposto, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.424/2016

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo os imóveis que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Gotardo:

I – o imóvel com área construída de 193,98 m² (cento e noventa e três vírgula noventa e oito metros quadrados), situado na Rua São José da Bela Vista, sem número, Distrito São José da Bela Vista – São Gotardo, registrado sob o número 14.729, Livro número 3-T, no Cartório de Registro de Imóveis de São Gotardo;

II – o imóvel com área construída de 479,22 m² (quatrocentos e setenta e nove vírgula vinte dois metros quadrados), situado na Praça Bento Ferreira dos Santos, número 237, Centro, Distrito Vila Funchal – São Gotardo, registrado sob o número 1.263, Livro número 3-D, no Cartório de Registro de Imóveis de São Gotardo.

Parágrafo único – Os imóveis de que tratam os incisos I e II serão destinados ao funcionamento, como segundo endereço, da Escola Municipal Sonho Meu, sendo a extinta Escola Estadual Presidente José Franco e a também extinta Escola Estadual Pedro Dias da Silveira, respectivamente.

Art. 2º – Os imóveis de que trata esta lei reverterão ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhes tiverem sido dadas as destinações previstas no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Bosco

Justificação: Apresento para exame dessa Egrégia Casa Legislativa este projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo imóveis que integram o patrimônio do governo mineiro, mas que se destinam ao funcionamento de escolas já municipalizadas desde o ano de 2011, resguardando sua reversão em caso de não cumprida a finalidade proposta.

A doação que se propõe atende à demanda atual da comunidade local oficializando a situação das turmas da zona rural, que, do ano de 2012 até a presente data, estão como turmas vinculadas à Escola Municipal Sonho Meu. Os alunos das escolas tratadas por esta proposição são atendidos em turmas multisseriadas.

A Escola Municipal Sonho Meu atende, em segundo endereço, à demanda de 18 alunos da extinta Escola Estadual Pedro Dias Da Silveira, localizada no Distrito de Vila Funchal, além dos 22 alunos da também extinta Escola Estadual Presidente José Franco, localizada no Povoado de São José da Bela Vista, ambas do Município de São Gotardo.

Conto com o apoio dos nobres colegas à aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.425/2016

Torna obrigatória a presença de um monitor para auxiliar o motorista nas operações de embarque e desembarque nos veículos que realizarem transporte escolar de alunos da rede estadual de ensino do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O veículo destinado à condução de alunos da rede estadual de ensino deve contar, além do condutor, com a presença de monitor para auxiliar na condução dos alunos nos momentos de embarque e desembarque, bem como para supervisionar os alunos durante o percurso.

Parágrafo único – O monitor deve ser treinado para auxiliar no embarque e desembarque das crianças e garantir-lhes segurança durante o trajeto.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no que for necessário à sua aplicação.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Noraldino Junior

Justificação: Podemos afirmar que o serviço de transporte escolar passa a ser cada vez mais utilizado em todo o Estado. Nas grandes cidades, o trânsito cada vez mais congestionado e a indisponibilidade de tempo dos pais e responsáveis têm feito do serviço de transporte escolar uma alternativa importante. Além disso, no âmbito rural observa-se que o transporte escolar tem sido um importante aliado para que os alunos cheguem às escolas dispostos e em segurança.

Diante da crescente demanda, a obrigatoriedade de o veículo de transporte escolar trafegar com dois profissionais, sendo um motorista e um monitor, proporcionará mais segurança aos alunos, pois será possível evitar acidentes no interior dos veículos durante o trajeto, bem como diminuir o risco de atropelamentos no embarque e desembarque dos estudantes.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.426/2016

Impõe aos cartórios extrajudiciais situados no Estado obrigações relativas ao atendimento dos usuários e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os cartórios extrajudiciais situados no Estado deverão efetuar atendimento em tempo razoável.

§ 1º – Para os fins desta lei, entende-se como tempo razoável de atendimento o prazo máximo de quinze minutos em dias normais e de trinta minutos em dias precedentes ou posteriores a feriados prolongados.

§ 2º – Os cartórios são obrigados a fornecer aos usuários senhas numéricas de atendimento que identifiquem a serventia e sua localidade, registrem o horário de entrada e de efetivo atendimento, bem como disponibilizar em local visível a informação da escala de trabalho dos atendentes e demais funcionários.

Art. 2º – Os cartórios deverão contar com estacionamento, público ou privado, a uma distância máxima de 150 metros da serventia extrajudicial, sendo que 20% (vinte por cento) das vagas desses estacionamentos devem ser reservadas aos usuários dos serviços cartoriais.

Art. 3º – O atendimento preferencial aos maiores de sessenta e cinco anos, a gestantes, a pessoas com deficiência física e a pessoas com crianças de colo será realizado através de senhas numéricas preferenciais e oferta de no mínimo 20% (vinte por cento) dos assentos disponíveis de correta ergometria.

Art. 4º – Os cartórios deverão disponibilizar pelo menos um bebedouro de água e um banheiro para uso dos usuários dos serviços.

Art. 5º – As serventias extrajudiciais deverão exibir em local visível nas suas dependências as seguintes informações: o número desta lei; o tempo máximo de espera para atendimento; o direito a senha numérica na qual conste horário de entrada e de atendimento; o direito aos assentos disponíveis para uso preferencial; e os locais do bebedouro e do banheiro para uso dos clientes.

Art. 6º – O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no art. 32 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

§ 1º – O auto de infração será publicado no Diário Oficial do município.

§ 2º – A inobservância das exigências desta lei serão consideradas infrações leves, para fins da aplicação das penalidades previstas no *caput*.

Art. 7º – O juízo competente disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias e respectiva averiguação, bem como para a fiscalização do cumprimento desta lei, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei nº 8.935, de 1994.

Art. 8º – Os cartórios extrajudiciais terão o prazo máximo de noventa dias, a contar da data da publicação desta lei, para adequarem o atendimento ao público nas suas dependências.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Felipe Attiê

Justificação: O projeto ora apresentado pretende regularizar a situação de atendimento aos usuários dos serviços de serventias extrajudiciais no Estado. Nem sempre as condições dos cartórios são adequadas para aqueles que aguardam em suas dependências, proporcionando desconforto e inconvenientes que precisam ser contornados.

O atendimento e os assentos preferenciais para idosos, gestantes, pessoas com deficiência e indivíduos com crianças de colo é uma necessidade inarredável, que será assegurada através da aprovação deste projeto. Além disso, as facilidades a serem implementadas (bebedouro e banheiro) trarão grande comodidade aos usuários.

Dessa forma, é necessário que a lei traga exigências para que tais fins sejam alcançados, de modo a cumprir o que prevê a Lei nº 8.935, de 1994 (Lei dos Cartórios), no que diz respeito a rapidez, qualidade satisfatória e eficiência devida. Espera-se, por isso, o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Fred Costa. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.382/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.427/2016

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 1º da Lei nº 12.084, de 1996, que dispõe sobre a livre organização estudantil, e faz outras modificações.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 1º da Lei nº 12.084, de 1996, os seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 1º – (...)

§ 3º – As instituições de ensino darão aos representantes dos respectivos grêmios estudantis ampla liberdade de exercício de seu mandato, sem prejuízo de suas atividades escolares.

§ 4º – Os grêmios estudantis deverão atuar de forma conjunta com a direção da instituição de ensino na organização dos eventos destinados ao corpo discente, como festividades juninas e olimpíadas esportivas estudantis, de modo a atender aos interesses dos alunos e implementar melhorias.”

Art. 2º – Dê-se ao *caput* do art. 3º a seguinte redação:

“Art. 3º – A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes das entidades estudantis serão realizadas a cada dois anos por meio do voto direto de cada estudante.”

Art. 3º – Acrescente-se o seguinte art. 5º, renumerando-se os demais:

“Art. 5º – A Secretaria de Estado de Educação, através do Conselho Estadual de Educação, levará em consideração, na avaliação da direção dos estabelecimentos, o grau de liberdade de organização oferecida aos grêmios estudantis e as atividades culturais por eles desenvolvidas.”

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Felipe Attiê



Justificação: Esta alteração pretende atualizar a situação de funcionamento dos grêmios estudantis nas instituições de ensino em Minas Gerais, que, por vezes, se veem prejudicados ou até mesmo impedidos pela direção das escolas de exercerem suas atividades.

Os grêmios são a mais importante forma de representação do corpo discente dentro dessas instituições, sendo imprescindíveis para canalizar as exigências, necessidades e reivindicações dos alunos. Além disso, é também através dessas organizações que se constrói um vínculo direto de comunicação entre discentes e docentes, que se faz tão relevante para o bom funcionamento da relação entre eles. Deve-se considerar também que é nesse ambiente que se constrói o pensamento político dos jovens, que desde cedo precisam ter contato e oportunidade de interagir com a comunidade ao seu redor, de forma a construir uma sociedade dotada de maior consciência social e política.

Assim, deve-se esperar do Legislativo uma atuação forte, de maneira a modernizar as normas vigentes acerca da matéria, já que se observa atualmente uma intensa tendência de resistência às organizações estudantis. Os dirigentes das escolas, com mais recursos e mais conhecimento sobre a legislação, utilizam-se dessa vantagem para subtrair a possibilidade de atuação dos grêmios, o que não pode ser aceito por esta Casa. Dessa forma, de maneira a fechar as lacunas que dão espaço para tais manobras, as presentes modificações são necessárias para manter viva a representatividade do corpo discente.

Portanto, espera-se o apoio de nossos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.016/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.428/2016

Declara de utilidade pública a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas tem por objetivos a recuperação, a proteção, a conservação na proposição de métodos e ferramentas de racionalização dos usos e dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de sua atuação, tornando-se assim uma associação de enorme preeminência em nosso estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Minas e Energia, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.429/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Serrinha, com sede no Município de Lavras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária da Serrinha, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Inácio Franco

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Serrinha, entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade a prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades de agropecuária na comunidade, bem como para melhorias das condições de vida de seus associados.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção quanto a religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

Convém assinalar que a associação se encontra em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, aos requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.430/2016

Autoriza o Poder Executivo a criar Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Minas Gerais para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Minas Gerais, para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

Parágrafo único – Os Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Minas Gerais serão implantados em conformidade com a demanda regional, a ser avaliada e definida pelo Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2016.

Douglas Melo

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo fazer com que o Estado, por meio de ações educacionais, proporcione o desenvolvimento, a capacitação e o aprimoramento dos educadores da rede pública de ensino a fim de que, de fato, esses profissionais sejam capazes de receber, nas escolas públicas, alunos portadores de autismo ou diagnosticados dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que geralmente aparece nos três primeiros anos de vida e compromete as habilidades de comunicação e interação social. Em maio de 2013 foi lançada a quinta edição do *Manual Diagnóstico e*



Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), que trouxe algumas mudanças importantes, entre elas novos diagnósticos e alterações de nomes de doenças e condições que já existiam.

Nesse manual, o autismo, assim como a síndrome de Asperger, foi incorporado a um novo termo médico e englobador, chamado de Transtorno do Espectro do Autismo – TEA. Com essa nova definição, a síndrome de Asperger passa a ser considerada, portanto, uma forma mais branda de autismo. Dessa forma, os pacientes são diagnosticados apenas em graus de comprometimento, e o diagnóstico fica mais completo.

O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de “déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por história prévia”, de acordo com o *DSM-V*.

O Ministério da Saúde disponibiliza em sua cartilha *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)*, as seguintes informações: o autismo é considerado uma síndrome neuropsiquiátrica. Embora uma etiologia específica não tenha sido identificada, estudos sugerem a presença de alguns fatores genéticos e neurobiológicos que podem estar associados ao autismo. Fatores de risco psicossociais também foram associados. Nas diferentes expressões do quadro clínico, diversos sinais e sintomas podem estar ou não presentes, mas as características de isolamento e imutabilidade de condutas estão sempre presentes.

Dessa forma, faz-se necessária a definição de indicadores de risco para o quadro, em várias dimensões. É necessária a construção de protocolos econômicos e eficientes de diagnóstico e tratamento, separando os casos de transtornos do espectro do autismo de um quadro geral dos transtornos do desenvolvimento, como medida de ajuste à rede de cuidados à saúde nesses casos.

É evidente a necessidade de capacitação dos educadores para proporcionar real inserção escolar dos autistas ou dos diagnosticados como portadores de TEA, tendo em vista que muitos educadores resistem, muitas vezes por falta de conhecimento técnico específico, ao trabalho com crianças e adolescentes portadores do transtorno por apresentarem ideias distorcidas a respeito da síndrome.

Ademais, este projeto está em consonância com a da Lei Federal nº 12.764, de 27/12/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ela assegura aos autistas os benefícios concedidos a todos os portadores de deficiência, ressaltando o dever dos órgãos públicos de fazer com que a lei seja aplicada de maneira satisfatória, com profissionais habilitados não somente para preparar os autistas, mas para descobrir seus potenciais e a melhor maneira de aproveitá-los na sociedade.

A referida lei determina, também, como dever legal, o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista.

Cumpramos, ainda, que esta proposição contribui para a efetivação do Plano Estadual de Educação (Lei nº 2.882, de 2015), especificamente o previsto no Grupo 2, na Meta 4 *in verbis*: “Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à aprovação deste tão importante projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.146/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional de Saúde em Juiz de Fora pedido de informações sobre os critérios técnicos para envio de emenda parlamentar a fim de auxiliar no combate à dengue em Juiz de Fora. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.147/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – pedido de providências para que seja elaborada uma normatização mais restritiva referente aos limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente dioxinas e furanos, liberados por sistema de tratamento térmico pela incineração de resíduos.

Nº 4.148/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – pedido de providências para que seja avaliada a exigência, no processo de licenciamento ambiental, de adoção do monitoramento *on-line* em novos equipamentos de incineração de resíduos.

Nº 4.149/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – pedido de providências para que seja avaliado o enquadramento da importação dos resíduos produzidos pela empresa Rhodia, em Cubatão, à luz do art. 12 da Lei nº 13.796, de 20/12/2000, como capazes de oferecer risco elevado à saúde e ao meio ambiente.

Nº 4.150/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Meio Ambiente dos Estados da Bahia, de Santa Catarina e do Paraná pedido de informações acerca das razões técnicas que levaram esses Estados a negar autorização para a incineração de resíduos químicos oriundos da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, produzidos pela empresa Rhodia, em Cubatão, entre as décadas de 1960 e 1990.

Nº 4.151/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb – pedido de informações sobre a existência, notadamente em Taboão de Sena, de incinerador licenciado capacitado para processar a queima ambientalmente segura de resíduos químicos oriundos da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, produzidos pela empresa Rhodia, em Cubatão, entre as décadas de 1960 e 1990.

Nº 4.152/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Gol Linhas Aéreas Inteligentes pela iniciativa de disponibilizar o transporte de animais domésticos nas cabines de passageiros em todos os voos nacionais, manifestando sua preocupação com o bem-estar animal. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.153/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja solucionada a questão do esgotamento sanitário nos bairros de Contagem localizados na bacia de captação da Lagoa Várzea das Flores, especialmente os Bairros Tropical 2, Sol Nascente, Instância Imperial do Madeira, Solar do Madeira, Quintas do Jacuba e Tupã.

Nº 4.154/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a publicação de decreto que regulamente a Lei nº 12.503, de 30/5/1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água.

Nº 4.155/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que convide a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para integrar, junto aos representantes da autarquia e do Município de Esmeraldas, o grupo agendado para fazer, mensalmente, a avaliação e o levantamento das medidas e das ações necessárias para solucionar, em curto prazo, problemas no sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Esmeraldas.

Nº 4.156/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na DCO, CIA Mamb, CPC, Gate, Rotam e na CAM, pela participação em ato realizado para comemorar o Dia Internacional da Mulher, em 8/3/2016, no Município de Belo Horizonte. (– À Comissão de Direitos Humanos.)



Nº 4.157/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a atual situação previdenciária dos servidores da Uemg ex-efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 2007. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.158/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao reitor da Uemg pedido de informações sobre os gastos na formação e no aprimoramento profissional do corpo docente dessa universidade nos últimos 10 anos custeados com recursos públicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.159/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao presidente do Conselho Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte – Compur – pedido de informações sobre a atual situação do Processo nº 01-165.515/13-76, sobre o fracionamento do terreno pertencente à Uemg no Bairro Cidade Nova, cuja pendência tem travado o início da construção do câmpus Belo Horizonte.

Nº 4.160/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Uemg pedido de providências para garantir a presença de professores dessa universidade em todas as suas bancas de concurso para professor universitário.

Nº 4.161/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para dar celeridade ao Processo nº 01-165.515/13-76, sobre a flexibilização de parâmetros de parcelamento do solo do terreno da Uemg, que tramita no Conselho Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte – Compur.

Nº 4.162/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais pedido de providências para encaminhamento de projeto de lei que regulamente a concessão de bolsas de estudo para os alunos da Uemg.

Nº 4.163/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para autorizar a realização de concursos para os cargos vagos atualmente existentes na Uemg.

Nº 4.164/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para autorizar a criação de 1.500 cargos de professor universitário, 631 cargos de analista universitário e 361 cargos de técnico universitário na Uemg para atender à demanda de integralização de todos os cursos oferecidos e garantir o funcionamento adequado dessa universidade.

Nº 4.165/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Uemg pedido de providências para realização de estudos acerca da viabilidade de designação de todos os profissionais dessa universidade afetados pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876, que declarou inconstitucional a Lei Complementar nº 100, de 2007.

Nº 4.166/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para retomada dos trabalhos da comissão criada em agosto de 2015 para avaliar se os certames realizados para profissionais da Uemg anteriores à Lei Complementar nº 100, de 2007, equivalem a concurso público.

Nº 4.167/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja autorizado o remanejamento dos saldos de recursos de custeio para recursos de capital no orçamento da Uemg, a fim de possibilitar os investimentos necessários à adequação da infraestrutura da universidade, destacando: construção das sedes das unidades da Uemg em Ubá, Barbacena e João Monlevade; aquisição de terreno ou imóvel para sediar as unidades da Uemg em Campanha, Diamantina e Leopoldina; e reforma e ampliação das unidades da Uemg em Abaeté, Carangola, Cláudio, Divinópolis, Ibirité, Ituiutaba e Passos.

Nº 4.168/2016, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que seja dispensada atenção especial aos requerimentos formulados pelos empresários e pelas associações comerciais dos Municípios de Cristina, Inconfidentes e Poços de Caldas quanto ao recolhimento da carga tributária, em face das fortes chuvas que atingiram a região no início de 2016.



Nº 4.169/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências para solucionar os problemas de fornecimento de energia elétrica na zona rural de Juiz de Fora, os quais provocam constantes prejuízos para produtores rurais do município. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 4.170/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam nomeados o mais rápido possível os aprovados dentro do número de vagas no concurso público regido pelo Edital nº 2/2014-SES-MG, destinado ao provimento de cargos das carreiras de técnico de gestão da saúde e especialista em políticas e gestão da saúde, do quadro dessa secretaria. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 4.171/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para aumentar o policiamento ostensivo nas imediações das escolas estaduais de Juiz de Fora, que têm sido alvo de arrombamentos e vandalismo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.172/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 1ª Companhia da Rotam, na 1ª Corpaer e no Gate, pela atuação na ocorrência, em 18/3/2016, em Juatuba, que resultou na apreensão de veículos, armas de fogo, munição e quantia em dinheiro e na prisão de três pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.173/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que interceda no sentido de solucionar o conflito societário entre a Nippon Steel e a Ternium-Techint, empresas controladoras da Usiminas.

Nº 4.174/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Restaurante Trindade, em Belo Horizonte, pelos cinco anos de sua fundação.

Nº 4.175/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Sras. Edilene Lopes e Kátia Pereira, jornalistas, pela conquista do Prêmio Mulher Imprensa, melhor repórter de rádio no Brasil e melhor âncora de rádio no Brasil, respectivamente. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.176/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para elaboração de convênio de cooperação com o Município de Contagem, repassando a este a prerrogativa de manutenção da Via Expressa no trecho que atravessa o referido município.

Nº 4.177/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – pedido de informações sobre a retomada das obras e a situação atual do trevo da Rodovia MG-431 que liga os Municípios de Itaúna e Itatiaiuçu, licitadas em 2013 e registradas sob o nº 068/2013. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.178/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a pavimentação da Rodovia MG-418, no trecho entre os Municípios de Mantena e Santa Luzia de Mantenópolis.

Nº 4.179/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a situação funcional do Aeroporto de Ubá e a previsão de início do seu funcionamento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.180/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Ministério dos Transportes pedido de providências para o atendimento de reivindicação feita pela Câmara Municipal de Prata para a construção de um viaduto com passarela na entrada principal da cidade, objetivando diminuir o número de acidentes no local.

Nº 4.181/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o andamento das obras entre os Municípios de Central de Minas e Mantenópolis. (– À Mesa da Assembleia.)



Nº 4.182/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – pedido de providências para a reativação da balança para a fiscalização do transporte de cargas na Rodovia MG-290, no trecho entre os Municípios de Borda da Mata e Ouro Fino.

Nº 4.183/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a disponibilização de verbas para a realização de obras de melhoria e conservação na Ponte do Zamba, sobre o Rio Paraibuna, situada na Rodovia LMG-874, no Km 5, na divisa dos Municípios de Matias Barbosa e Juiz de Fora.

Nº 4.184/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Autopista Fernão Dias pedido de providências para que sejam agilizadas as obras de construção de uma passarela sobre a Rodovia BR-381 para travessia dos moradores da Granja São João, no Município de Betim.

Nº 4.185/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Nícia Braga, ceramista, pelos seus 30 anos de carreira. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 4.186/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Adélia Prado, escritora mineira, pelos seus 40 anos de carreira. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 4.187/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a reestruturação da ponte localizada sobre o Rio Paraúna, na Rodovia MG-10, que interliga o Distrito de Serra do Cipó às comunidades de Tenda, Melo e Usina de Cima, no Município de Santana do Riacho. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.188/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a destinação de recursos financeiros para a implantação do projeto cultural BH-Jabó nas escolas estaduais. (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.189/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para a instalação da 19ª Risp em Sete Lagoas ou, caso não seja possível, para a transferência do comando de Sete Lagoas da 14ª RPM para a 1ª RPM. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Segurança Pública, de Transporte e de Direitos Humanos, da deputada Arlete Magalhães e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bosco, Felipe Attiê, Emidinho Madeira, Elismar Prado e Deiró Marra.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia – Presidente, vou ser bastante rápido, não vou utilizar todo o tempo. Quero fazer uma saudação aos servidores públicos socioadministrativos da Seds presentes aqui hoje. Fizeram uma assembleia geral da categoria no pátio da Assembleia, na parte da manhã. Ficaram aqui para receber apoio e respaldo dos deputados no que se refere às reivindicações deles. Uma reivindicação central que têm levantado é a permanência do setor socioeducativo dentro da Seds ou da Secretaria de Segurança Pública, se vier, de fato, a ser alterada. É uma reivindicação justa. Eu conversava agora com a deputada Rosângela, nossa vice-líder do Bloco Minas Melhor, e o deputado Cabo Júlio, também nosso vice-líder, e temos a mesma opinião. A permanência do setor socioeducativo terá de ser na Seds ou na Secretaria de Segurança Pública. Já há um aceno claro do governo nesse sentido. Como se diz, sempre é bom ter um olho no peixe e outro no gato. Estamos atentos, juntos a vocês, para garantir a permanência dos servidores socioeducativos na área de segurança pública. É o mais correto, o mais justo. Quero parabenizar o José Lino, coordenador do Sindipúblicos. Ele está sempre em nosso gabinete apresentando reivindicações. José Lino, o senhor tem nosso apoio. Há algumas pendências que precisam ser resolvidas. Estou convidando uma comissão para acompanhar a mim e ao Professor Neivaldo. E eles têm hoje uma solenidade, agora às



15 horas, na Cidade Administrativa. Foi uma vitória que conseguimos na Assembleia Legislativa. Eu e o deputado Professor Neivaldo ajudamos muito. Vou até pedir desculpas a V. Exa. Em torno de 14h30min, vamos nos deslocar até a Cidade Administrativa para participar dessa solenidade. Estou convidando também uns três membros do sindicato, o José Lino e os companheiros, a irmos até lá e dizer que vocês vieram aqui e que estamos exigindo que o governo abra uma negociação, a partir da pauta que vocês fizeram hoje, o que significa, nessa pauta, ver os excedentes do administrativo. Essa questão dos excedentes sempre estamos tratando no intuito de não ser a mais do que se exige dos servidores públicos. Por quê? Porque todos sabem que estamos no limite da responsabilidade fiscal; então, para chamar servidores em número superior ao que já existe, teremos de ver mais para frente, não agora. Mas, no caso deles, esses excedentes administrativos são exatamente para ocupar cargos vagos no caso de contratados, que ainda existem como socioeducativos. Essa questão foi muito bem lembrada. É para essa ocupação a substituição. E a substituição, no caso da segurança pública, pode ser feita, como está sendo feita a de professores. Esta semana foram nomeados mais 2.500 professores de concurso público. Em início de abril, serão mais 2.500. Neste ano o governo pretende nomear em torno de 30 mil, 40 mil professores, portanto haverá efetivos na escola, o que também é uma importante informação, porque o professor efetivo, assim como vocês, quando efetivo, tem estabilidade no emprego e tem carreira. No caso do professor, terá o piso na carreira, que é um projeto que está na pauta e esperamos, terça-feira, conseguir a aprovação na Assembleia Legislativa. Os professores hoje não vieram – conversei com a Profa. Beatriz –, mas vão retornar na terça-feira. Estou solicitando aos deputados que, a partir de terça-feira, estejamos prontos para a votação desses três projetos de professores que estão também aqui na pauta. Por fim, a questão do auxílio-alimentação. O José Lino estava me dizendo que, para vocês, não ficou satisfatório, de acordo com o decreto. Então vamos procurar intermediar essas questões e ajudar a categoria. Parabéns pela mobilização e pela luta. Estamos juntos. Um grande abraço.

O deputado Cabo Júlio – Tentei explicar aqui aos colegas que o deputado Rogério embolou tudo. Ele quer abraçar o mundo com as mãos e embolou tudo. Deixa eu explicar o que já foi decidido pelo governo a respeito dos colegas socioeducativos. Havia um movimento, por parte do governo, de querer levar a subsecretaria para a Secretaria de Direitos Humanos, proposta rechaçada pelos agentes, por todos. Havia uns malucos no governo pensando isso, mas falei: “Vocês vão explodir esse negócio porque o socioeducativo não cuida de educadinho, não”. Quando um juiz determina internar um menor ou maior até 21 anos, é porque o cara já matou um montão de gente, porque não há vaga para ninguém. Quando chega a internar é porque o cara é o pior bandido, e o socioeducativo está numa situação pior porque a contenção é corporal. Ele não pode nem usar arma quando está escoltando um coitadinho desse. O que ficou decidido? A contenção é pessoal, no braço, e tem cada coitadinho desses internado com 1,90m. Às vezes é um negrãozão fortão, e o cara tem de segurar no braço. O que já ficou decidido no governo? Bem, a reforma está vindo para cá; a reforma é para cortar gastos. Com isso há uma excepcionalidade. Será criada a Secretaria Extraordinária de Administração Prisional – Seap. A atual sede vai voltar a se chamar Secretaria de Segurança Pública. A subsecretaria que cuida dos colegas socioeducativos vai permanecer na Secretaria de Segurança Pública, ou seja, essa é a decisão já tomada internamente. Então, os colegas não vão para a Secretaria de Direitos Humanos, vão ficar na Secretaria de Segurança Pública, e da atual Seds, que vai se tornar Secretaria de Segurança Pública; só vai sair o atendimento prisional. Essa é uma decisão já tomada internamente. Essa é a primeira questão. Vamos para a segunda questão: os administrativos. Isso é outra coisa, não são os socioeducativos, o caso deles já está tratado. Fui convocado pelo Lino para participar de um acordo. Participei por uma ou duas vezes, fiquei de 8 a 10 horas com ele e depois deixei continuar. Ele reclamou comigo que parte do acordo, que aconteceria em uma reunião posterior, não teve continuidade. Disse-lhe que participei de duas reuniões de 8 horas com o Lino, até fazendo contas, e isso podemos retomar. Quanto ao administrativo do acordo, vamos retomar com a Seplag, pois eu não podia ficar todos os dias lá, por 8 horas; fiz o que pude para ajudar, e vamos retomar com a Seplag. Quanto aos administrativos, vamos discutir uma outra coisa na lei orgânica, que é uma novela que vem por aí. Vamos acabar com essa novela, mas não adianta discutirmos agora se um novo secretário vai entrar. Se começarmos a discutir, se fizermos a reforma, depois vamos ter de começar tudo do zero. Já que esperamos até agora, vamos aguardar essa reforma para depois recomeçar de uma vez por todas. Queria dar essa notícia aos



socioeducativos; essa decisão já foi tomada internamente. Deputado João Leite, ficou claro? O deputado Rogério Correia quer abraçar o mundo com as mãos e embola tudo. Deputado Rogério Correia, cuide bem lá que explicamos direitinho aqui. Se os colegas ainda tiverem dúvida, podem nos procurar ou qualquer outro colega. A decisão de mantê-los na Secretaria de Segurança Pública já foi tomada internamente. Muito obrigado. Espero ter explicado.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. O tema das questões de ordem trazidas aqui requerem uma fala nossa, primeiro, para parabenizar os agentes socioeducativos que aqui vêm, juntamente com os administrativos, para cobrar o que precisam. É preciso cobrar, marcar posição, vigiar, fiscalizar. Tenho dito que, a cada dia que passa, cada vez mais é necessário o cidadão exercer controle sobre os atos do poder público, seja do Legislativo, seja do Executivo, seja do Judiciário, seja do Ministério Público, seja do Tribunal de Contas. Somente assim a sociedade vai alcançar o chamado Estado Democrático de Direito, que estará única e exclusivamente voltado para a coletividade. Então, é preciso muita vigilância, fiscalização e cobrança. Agora, é necessário dizer que, a todo momento, repudiamos qualquer tentativa de levar a Subsecretaria Socioeducativa para a Secretaria de Direitos Humanos, onde, infelizmente, há uma visão muito poética do criminoso. Esse adolescente às vezes é considerado por algumas pessoas e partidos políticos como alguém com asas e auréola na cabeça, ou seja, como anjos, mas não são, são criminosos contumazes, e o cidadão investido no cargo de agente socioeducativo acaba sofrendo com esse bandido, que tecnicamente é chamado de menor infrator. Ele é bandido e perigoso. Portanto, não é possível levar essa secretaria para a de Direitos Humanos, pois o viés lá é outro; é poético, é lírico, não é viés para defender as verdadeiras vítimas, até porque sabemos quem ocupa e a sua forma de pensar e atuar. Quero, presidente, trazer uma denúncia gravíssima que cobramos na Comissão de Administração Pública. Continuamos a cobrar, e até agora nenhuma liderança do governo trouxe a este Plenário uma resposta, até mesmo o próprio secretário Helvécio Magalhães, e, por mais que o tenhamos tratado com respeito lá na comissão, não estão pagando diárias de policiais, não estão pagando ajuda de custo de policiais civis, militares e bombeiros. Não estão permitindo, presidente, sequer que o ato de aposentadoria seja publicado no diário oficial porque isso implicaria pagamento da diferença de promoção e férias-prêmio. Portanto o governo, simplesmente, está surdo e mudo, está caladinho, não fala nada sobre isso. Não fala sobre o pagamento integral no quinto dia útil. Há agentes aqui também que estão recebendo parceladamente. O governo ficou silente, está absolutamente calado, está fingindo que não está ouvindo as cobranças dos servidores públicos que estão recebendo em três parcelas, três parcelas, presidente. Parece que o governo falou assim: “Olha, vamos isolar os servidores da segurança pública porque eles não merecem; vamos isolá-los”. Já ouvi discurso dizendo que o governo está pagando em dia 75% dos servidores; o restante é só 25%, portanto não há problema. O discurso é mais ou menos nessa toada. Então, não paga férias-prêmio, não publica ato de aposentadoria, não paga diárias, não paga, presidente, ajuda de custo e continua parcelando o salário em três vezes. É necessário que alguma liderança do governo, seja desta Casa, seja alguém do Poder Executivo, venha a público dizer: “Vamos pagar no quinto dia útil a partir do mês tal. Vamos regularizar”. Alguns do governo recebem diárias polpudas, volumosas no atual governo. Alguns recebem, como é o caso do secretário, e falei a ele pessoalmente, que recebe, só de jetons, R\$42.600,00, e não é parcelado, presidente. É só para fazer essa questão de ordem e cobrar do governo.

Oradores Inscritos

– O deputado Wander Borges profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 3.345/2016, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão, Dalmo Ribeiro Silva, Felipe Attiê, Gil Pereira, João Leite, Tito Torres e Sargento Rodrigues, ao Projeto de Lei nº 3.396/2016, do governador do Estado, por guardarem semelhança entre si e por tratarem de matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

Mesa da Assembleia, 23 de março de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 2.812/2015, do deputado Gustavo Valadares, ao Projeto de Lei nº 2.602/2015, do deputado João Leite, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 23 de março de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despachos anteriores e determina que os Projetos de Lei nºs 6, 239, 297, 330, 338, 446, 533, 558, 710, 795, 824, 849, 881, 1.014, 1.055, 1.070, 1.715, 1.719, 1.761, 1.802, 1.834, 1.884, 2.169, 2.285, e 3.042/2015 sejam distribuídos à Comissão de Desenvolvimento Econômico, em razão da natureza da matéria. Ficam mantidos as distribuições originais e os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 23 de março de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despachos anteriores e determina que os Projetos de Lei nºs 448, 491, 540, 701, 704, 813, 869, 876, 1.209, 1.572, 1.720, 1.830, 1.847, 2.251 e 2.640/2015, que haviam sido distribuídos à Comissão de Fiscalização Financeira, sejam redistribuídos à Comissão de Desenvolvimento Econômico, em razão da natureza da matéria. Ficam mantidos as demais distribuições e os atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 23 de março de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 1.982/2015, que havia sido distribuído à Comissão de Transporte, seja redistribuído à Comissão de Desenvolvimento Econômico, em razão da natureza da matéria. Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira e os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 23 de março de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que o Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2014 e o parecer prévio do Tribunal de Contas foram publicados no *Diário do Legislativo* do dia 17 de março de 2016. A presidência informa, ainda, que o

prazo de 10 dias para requerimento de informações ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas teve início no dia 18 de março, encerrando-se na segunda-feira, dia 28 de março.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 4.093, 4.176, 4.178, 4.180 e 4.182 a 4.184/2016, da Comissão de Transporte, 4.124/2016, da Comissão de Minas e Energia, 4.127, 4.128, 4.133, 4.135, 4.137, 4.141 e 4.159 a 4.167/2016, da Comissão de Educação, 4.138, 4.139 e 4.143 a 4.145/2016, da Comissão do Trabalho, 4.147 a 4.151 e 4.153 a 4.155/2016, da Comissão de Meio Ambiente, 4.168/2016, da Comissão de Assuntos Municipais, e 4.173 e 4.174/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública – aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 22/3/2016, dos Requerimentos nºs 3.312, 3.316 e 3.319 a 3.321/2015, do deputado Cabo Júlio, 4.054 e 4.070/2016, do deputado Sargento Rodrigues, e 4.060 a 4.062/2016, do deputado Douglas Melo;

de Transporte – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 22/3/2016, do Projeto de Lei nº 2.927/2015, do deputado Tony Carlos, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça;

e de Direitos Humanos – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 23/3/2016, do Projeto de Lei nº 1.594/2015, do deputado Tiago Ulisses, e do Requerimento nº 4.038/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel;

pela deputada Arlete Magalhães – informando sua desfiliação do Partido Trabalhista Nacional – PTN – e sua filiação ao Partido Verde – PV – em 8/3/2016;

e pelos deputados Deiró Marra – informando sua desfiliação do Partido da República – PR – e sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro – PSB – em 18/3/2016;

Felipe Attiê – informando sua desfiliação do Partido Progressista – PP – e sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – em 16/3/2016;

Emidinho Madeira – informando sua desfiliação do Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB – e sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro – PSB – em 18/3/2016;

e Elismar Prado – informando sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores – PT – em 18/3/2016 (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.457/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.191/2016; o Requerimento Ordinário nº 2.459/2016, do deputado Fred Costa, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.257/2016; e o Requerimento Ordinário nº 2.461/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.787/2015 (Arquivem-se os projetos.); e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.458/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 120/2003.

Questão de Ordem

O deputado Wander Borges – Sr. Presidente, vou solicitar, mais uma vez, o encerramento, de plano, porque não há quórum para continuarmos os trabalhos.



Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 28, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/3/2016

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Thiago Cota – Entrega de Placas – Palavras do Sr. Renato Lúcio dos Santos – Palavras do Sr. Anício Chaves – Palavras do Sr. Paulo Marcos Xavier da Silva – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Durval Ângelo – Thiago Cota.

Abertura

O presidente (deputado Durval Ângelo) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear os Lions Clubes de Ouro Preto, Congonhas do Campo e Mariana pelos relevantes serviços prestados àquelas comunidades.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. CL Renato Lúcio dos Santos, presidente do Lions Clube de Ouro Preto; CL Anício Chaves, presidente do Lions Clube de Mariana; e CL Paulo Marcos Xavier da Silva, presidente do Lions Clube de Cachoeira do Campo; a Exma. Sra. Carmem Lúcia Redoan, governadora do Distrito LC-4 da Associação Internacional de Lions Clubes; e o Exmo. Sr. deputado Thiago Cota, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaria de registrar o recebimento de mensagem do Exmo. Sr. Délio Malheiros, vice-prefeito de Belo Horizonte, por meio da qual S. Exa. parabeniza as entidades homenageadas, os Lions Clubes, estendendo seus cumprimentos ao deputado Thiago Cota, autor do requerimento que deu origem à homenagem; ele ainda lamenta a própria ausência, em razão de compromisso previamente agendado e cujo horário se sobrepõe ao desta solenidade.

Gostaria de registrar também a presença, nesta oportunidade, da vereadora Daniely Cristina Souza Alves e do vereador Bruno Mol, da Câmara Municipal de Mariana.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional Brasileiro, que será executado pelo Coral Tom Maior, sob a regência do maestro Adeuzi Batista Filho.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre os Lions Clubes de Ouro Preto, Cachoeira do Campo e Mariana.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Thiago Cota

Boa noite a todos. Que boa-noite desanimado, gente! Assistimos a um vídeo tão bonito, acho que vocês ficaram emocionados, não é? Vamos dar um boa-noite animado. A moçada jovem do coral que está aqui nos ajudará de forma sincrônica no boa-noite. Boa noite a todos! Assim ficou bem melhor.

Quero cumprimentar de forma plenamente especial a Sra. Carmen Lúcia Redoan, governadora do Distrito LC-4, da Associação Internacional de Lions Clubes; o amigo, companheiro, nosso grande líder, Durval Ângelo, representando a presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, outra grande liderança, jovem liderança, para mim, a maior liderança da sua geração do Estado de Minas Gerais, companheiro presidente Adalclever Lopes; CL Renato Lúcio dos Santos, presidente do Lions Clube de Ouro Preto; CL Anício Chaves, presidente do Lions Clube de Mariana, meu amigo, com sua esposa também presente, amigos de longa data; CL Paulo Marcos Xavier da Silva, presidente do Lions Clube de Cachoeira do Campo, é uma honra tê-lo conosco.

Eu me sinto tão em casa com vocês aqui. Conheço todos aqui há tanto tempo, de tantas caminhadas. Não poderia deixar de destacar a presença da nossa vereadora Daniely, amiga, companheira e do vereador correligionário, companheiro Bruno Mol.

Quero cumprimentar também o Zezinho Salete, nosso ex-presidente da Câmara Municipal de Mariana, ex-vice-prefeito, grande companheiro, presidente do PR municipal; Jaime Fortes, presidente do PMDB ouro-pretano; Júlio Pimenta, nosso ex-vereador, grande liderança regional. Agradeço a todos a presença.

Meus amigos e minhas amigas, fiz um discurso para ser lido, mas antes de fazê-lo, queria dizer algo que me tocou sobre esse vídeo, algo sobre o que a gente vem refletindo há bastante tempo.

O Brasil vive crises, e muitos aqui já viveram várias outras crises neste nosso país. Todos sabemos que toda crise tem uma porta de saída. Muito se fala que essa porta de saída é o caminho da política, dos empresários, do desenvolvimento econômico e de tudo o mais. Acredito, minha gente, que o caminho de saída dessa crise é o que nós, brasileiros, sabemos fazer de melhor: a solidariedade. Sem sombra de dúvida, o Lions e cada um de vocês são grandes exemplos para o nosso povo, para a nossa Minas, para a nossa região dos Inconfidentes, para o nosso país.

Eu estava lembrando, poucos minutos atrás, caro Durval, que esta singela homenagem para o Lions seria feita em 2015. Mas não conseguimos concretizar esse ato por conta da tragédia ocorrida em Mariana. Ao saber que teríamos condições de indicar uma instituição para ser homenageada nesta Casa, nosso primeiro ato foi convidar cada um de vocês e o Lions de Ouro Preto, Mariana e Cachoeira do Campo.

Se pudermos tirar algo de positivo da tragédia que assola Mariana – já disse isso em outros encontros –, é a solidariedade. Como nos unimos na dificuldade, como este país se uniu, quantas contribuições Mariana recebeu desde o dia em que a tragédia ocorreu! Acho que isso é bonito e tem de ser realçado, destacado. Então nada melhor que destacarmos isso nesta Casa, que é a casa dos representantes do povo, é o Parlamento, a casa de cada um de vocês.

Quero também, antes de começar meu discurso, que será breve, cumprimentar, de forma muito especial, os nossos jovens que, de forma tão brilhante, cantaram o hino de Mariana e o hino do nosso país. Quero dizer a vocês que, certo dia, também jovem, ousei sonhar. Alguns de minha cidade acharam que não, acharam que isso era só fruto de um desejo pessoal, familiar. Nada disso. Ousei sonhar representar a nossa Mariana; ousei sonhar representar a nossa região dos Inconfidentes; ousei sonhar representar a nossa região dos Inconfidentes; ousei sonhar representar o nosso povo mineiro. Com muito trabalho, conseguimos chegar aqui e representar vocês. Isso para mim é motivo de enorme orgulho.



Sempre digo em minha região que, se os nossos representantes na Câmara dos Deputados não fazem uma reforma que traga para o âmbito principal o voto regional, distrital; que traga o parlamentar, o político para mais próximo de suas bases, temos de fazer isso na prática. E a nossa região fez isso. Oitenta por cento dos meus votos, que já me dariam a vitória nas últimas eleições, saíram da região dos Inconfidentes; foram mais de 50 mil votos naquela região. Tenho um orgulho muito grande disso e trabalho incansavelmente todos os dias para não decepcioná-los, para honrar a consciência de cada um de vocês.

Pois bem, amigas e amigos do Lions Clube, público que nos prestigia no Plenário e na TV Assembleia, quando me foi falado que cada parlamentar teria direito a indicar uma instituição a ser homenageada pela Assembleia durante o ano, como eu já disse, não pensei duas vezes: de pronto, escolhi os clubes Lions de Mariana, de Ouro Preto e de Cachoeira do Campo.

Isso por duas razões muito simples: primeiro pelo fato de o Lions Clube ser uma das instituições mais respeitadas do mundo, com um trabalho de forte alcance social; e, segundo, para homenagear as nossas queridas irmãs Mariana e Ouro Preto – aqui destaco também, de forma muito especial, Cachoeira do Campo – e trazer para o seio do Parlamento mineiro pessoas que dedicam suas vidas ao próximo e ao bem comum. Vocês, meus caros leões, com o lema “Nós servimos”, são o grande exemplo de que é possível transformar o mundo. Não há outro caminho, senão o da solidariedade e o da humanidade.

Desde o seu nascedouro, em 1917, o Lions Clube Internacional tem revelado ao mundo o seu desejo de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Para isso, essa grande organização de clubes de serviço voluntário, por meio dos seus incansáveis soldados, tem plantado a semente do bem e trabalhado diuturnamente em prol dos menos favorecidos. Em relação a Mariana, Ouro Preto e Cachoeira do Campo, o trabalho dos nossos bravos leões, sempre ancorados pelas suas domadoras, tem sido na mesma intensidade. O que seria de nós sem as nossas mulheres, não é, minha gente?

Destaco a presença da minha esposa, Ana Paula, e quero dizer que é um orgulho para mim tê-la aqui. Nós temos três filhos. Acho que todos vocês já passaram por isso – não é, Sávio? –, deixar os três pequetitos, o Davizinho, o Luquinhas e a Maria Clara em casa para estar aqui hoje. No almoço, ela me disse: “Faço questão de estar no Plenário com o Lions da nossa região, porque é uma entidade que valorizo, de que tenho orgulho e sabemos que temos esse fortalecimento na nossa região, no nosso coração, em Ouro Preto e em Mariana”.

Aliás, justiça seja feita, as obras de humanidade desenvolvidas pelas instituições aqui homenageadas são incontáveis e de grande impacto positivo na vida das pessoas da nossa região como um todo. Em novembro de 2015, como já é do conhecimento de todos, uma tragédia assolou a nossa cidade, a nossa querida Mariana. O rompimento da Barragem do Fundão foi um desastre sem precedentes, que tem causado grandes prejuízos ambientais, sociais e econômicos.

Olha, minha gente, meus amigos e minhas amigas, venho defendendo, com muita ênfase, sobretudo nos últimos dias, nas comissões desta Casa, na Comissão das Barragens e nas Comissões de Meio Ambiente e de Minas e Energia, que sabemos, sim, que essa tragédia foi fruto de erro e de falha, mas que devemos, sobretudo, ter uma visão de amanhã. Não basta somente culpar, agredir, achar os culpados e condenar. No território da nossa Mariana, mais de 3 mil funcionários dependem da mineração e trabalham de forma direta na Samarco. Então, uma enorme quantidade de companheiros está sofrendo com essa tragédia, comerciantes, pessoas de toda a região, sem saber quais garantias terão de sucesso no amanhã e quais serão os novos caminhos para a nossa região. Assim, defendo com muita tranquilidade, até porque sou filho de Mariana e neto de Santa Rita Durão e de Bento Rodrigues, local da tragédia, que a Samarco volte a trabalhar em sintonia com os compromissos com Mariana, com os atingidos, com a nossa região; trabalhar também para criarmos uma pauta nacional e trazeremos mais segurança para o povo, sobretudo nas áreas onde a mineração é exercida e para os seus funcionários. Sabemos que temos de dar atenção, sim, a todas as vítimas, a todas as famílias das vítimas e a todos os atingidos. Sem sombra de dúvida, os atingidos não são só aqueles que estão debaixo da barragem, mas toda a nossa região. Temos de tratar isso com muita cautela e segurança.



Sei que o governador Fernando Pimentel tem compromisso com a nossa região e com o segmento e não nos falhará. Teremos a Samarco de volta e brevemente e faremos, sim, um amplo debate, para que a mineração seja mais segura, mais eficaz, mais próspera, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento social da nossa região.

Mais uma vez, os aguerridos leões, movidos pelo lema “Nós servimos”, estavam ali para amparar e ajudar as inúmeras vítimas. Foi e continua sendo, sem sombra de dúvida, um trabalho digno de aplauso e de reverência.

Por isso, meus amigos, meus caros presidentes, Renato Lúcio, Paulo Marcos e Anício Chaves, a Casa do povo mineiro, nesta memorável noite, curva-se aos leões de Ouro Preto, Cachoeira do Campo e Mariana. Que a história de luta do leonismo se fortaleça a cada ano e sirva de exemplo para todos os segmentos da sociedade. Também não poderia deixar de enaltecer o importante papel desempenhado pelas companheiras e companheiros dos associados ao Lions Clube. Tenham certeza de que vocês são parte indispensável da família Lions.

Aos companheiros leões, a minha saudação especial. Afinal, sempre temos que pensar nas próximas gerações. A juventude não pode deixar de sonhar. Um dia ousei sonhar e hoje estou aqui falando para cada um de vocês. Se posso dizer algo para essa juventude, é que nunca deixe de sonhar. Sonhem, mas acordem cedo, muito cedo para buscar realizar o seu sonho, porque o Brasil precisa de vocês. Tenho certeza de que, com muita determinação e com muita garra, vocês vão alcançar o sonho de cada um de vocês. Contem conosco para que possamos, como representante daquela região, fazer o melhor para ajudar e para somar na realização dos sonhos do nosso povo e da nossa região.

Enfim, agradeço, indistintamente, a todos a honrosa presença e a espontânea disponibilidade em homenagear os Lions Clubes de Mariana, Ouro Preto e Cachoeira do Campo, pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade. Quero ainda destacar, meus amigos e minhas amigas, as conduções do nosso presidente e companheiro deputado Durval Ângelo. Na vida pública, fazemos, sim, muitos amigos. Tenho a honra de poder dizer, de forma muito tranquila, como se estivesse em casa ao lado de cada um de vocês, que você, meu caro amigo Durval Ângelo, não é só um amigo nosso, um amigo dos jovens deputados desta Casa, mas também um exemplo para todos que desejam militar na política. O deputado Durval Ângelo trabalhou a vida inteira pelo desenvolvimento ambiental, cultural e econômico, sempre dando prioridade ao desenvolvimento humano, e isso é que é importante. Falamos em muitos desenvolvimentos, mas não podemos nos esquecer de que os desenvolvimentos humano e social precisam vir na frente de todos os outros. Muito obrigado a todos. Um grande abraço. Contem sempre com esse singelo amigo de Ouro Preto, Mariana, Cachoeira e toda a região.

Entrega de Placas

O locutor – Neste momento, o deputado Durval Ângelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Thiago Cota, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão as entregas de placas alusivas a esta homenagem aos senhores presidentes do Lions Clube de Ouro Preto, CL Renato Lúcio dos Santos; do Lions Clube de Mariana, CL Anício Chaves; e do Lions Clube de Cachoeira do Campo, CL Paulo Marcos Xavier da Silva; e, para tanto, solicitamos que se posicionem junto à senhora governadora do Distrito LC-4 da Associação Internacional de Lions Clubes, Carmem Lúcia Redoan. As placas a serem entregues às três entidades contém os mesmos dizeres, mas com ressalvas ao tempo de existência de cada uma delas e aos seus destinatários, naturalmente. Daremos ciência ao público presente do teor de cada uma delas, com as devidas ressalvas.

“Nós servimos”, lema do Lions Internacional, é a diretriz que orienta as atividades de todos os 46 mil clubes localizados em 205 países, da maior organização de serviço voluntário do mundo. Em Minas Gerais, o Lions Clube de Ouro Preto é um notável exemplo desse trabalho solidário, que, há 47 anos, beneficia, entre outras instituições, hospitais, escolas, abrigos, creches, asilos e comunidades terapêuticas, além de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Seja por meio de campanhas de mobilização da comunidade, seja por meio de ações diretas de seus membros, a entidade é referência na promoção da educação, da defesa do meio ambiente, da saúde e do bem-estar dos cidadãos mineiros. Reconhecendo sua



importância para a melhoria da qualidade de vida no Estado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta justa homenagem ao Lions Clube de Ouro Preto.”

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – “Nós servimos’, lema do Lions Internacional, é a diretriz que orienta as atividades de todos os 46 mil clubes localizados em 205 países, da maior organização de serviço voluntário do mundo. Em Minas Gerais, o Lions Clube de Mariana é um notável exemplo desse trabalho solidário, que, há 34 anos, beneficia, entre outras instituições, hospitais, escolas, abrigos, creches, asilos e comunidades terapêuticas, além de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Seja por meio de campanhas de mobilização da comunidade, seja por meio de ações diretas de seus membros, a entidade é referência na promoção da educação, da defesa do meio ambiente, da saúde e do bem-estar dos cidadãos mineiros. Reconhecendo sua importância para a melhoria da qualidade de vida no Estado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta justa homenagem ao Lions Clube de Mariana.”

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – “Nós servimos’, lema do Lions Internacional, é a diretriz que orienta as atividades de todos os 46 mil clubes localizados em 205 países, da maior organização de serviço voluntário do mundo. Em Minas Gerais, o Lions Clube de Cachoeira do Campo é um notável exemplo desse trabalho solidário, que, há 25 anos, beneficia, entre outras instituições, hospitais, escolas, abrigos, creches, asilos e comunidades terapêuticas, além de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Seja por meio de campanhas de mobilização da comunidade, seja por meio de ações diretas de seus membros, a entidade é referência na promoção da educação, da defesa do meio ambiente, da saúde e do bem-estar dos cidadãos mineiros. Reconhecendo sua importância para a melhoria da qualidade de vida no Estado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta justa homenagem ao Lions Clube de Cachoeira do Campo.”

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Renato Lúcio dos Santos

Queria cumprimentar o Exmo. Sr. deputado Durval Ângelo, estendendo esse cumprimento a toda a Mesa, em nome do Lions Clube de Ouro Preto, e quero deixar registrado o nosso carinho e gratidão por receber esta homenagem requerida pelo deputado Thiago Cota, que aumenta a nossa responsabilidade no servir.

Fazemos parte da maior organização de clubes de serviços do mundo, temos muito orgulho de sermos companheiros leões, companheiras leões, domadoras e filhotes e a cada dia nos sentimos mais envolvidos com o nosso trabalho, que é voluntário, e o praticamos com muito amor e abnegação.

Somos uma pequena minoria, se comparados com o imenso número de seres humanos do universo. Como cidadãos, sofremos os nocautes que acontecem na sociedade como um todo, mas procuramos reagir de maneira diversa: não ficamos estáticos, pois estamos preparados pelo espírito de luta, de solidariedade, de companheirismo e de fraternidade.

Visando e querendo o bem da humanidade, crendo em tudo o que há de melhor no ser humano, procurando alternativas para solucionar alguns problemas que afligem a comunidade, resgatando um pouco da dignidade humana, o Lions Clube de Ouro Preto recebe, com honra, essa distinção dada pelos membros desta Casa, a pedido do deputado Thiago Cota, representante da nossa região, a quem agradecemos de coração. Muito obrigado.

O locutor – Ouviremos também o pronunciamento do CL Anício Chaves, presidente do Lions Clube de Mariana.

O deputado Thiago Cota – Anício, vamos quebrar o protocolo uma vez, presidente. Se me permite, lendo um discurso aqui, falei muito para a juventude, que temos de ter espelhos, exemplos; temos de ter pessoas que nos orientem. Deixei de citar aqui um grande exemplo para a juventude da nossa região, de Ouro Preto e Mariana, um grande amigo. Já estou incomodado com isso e quero me retratar de forma muito breve: lembro o nosso amigo e companheiro Luciano Guimarães. Ele é o ex-governador mais jovem da História do Leo e do Lions do Brasil, e tenho certeza de que é um grande exemplo para essa



moçada da nossa região. Tenha certeza, Luciano, de que você nos inspira. Obrigado pelo companheirismo, amizade e exemplo.

Palavras do Sr. Anício Chaves

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, cumprimentando-o quero estender o meu cumprimento aos demais componentes desta Mesa.

Senhoras e senhores, a Bíblia nos ensina que, ao fazer o bem, ao ajudar alguém, não saiba a mão direita o que fez a esquerda. No leonismo, isso é traduzido por dois leões olhando para direções opostas, para significar que a ajuda que prestamos é desinteressada.

É muito gratificante quando alguém nota, reconhece um trabalho e o recompensa de alguma forma.

Na qualidade de um clube prestador de serviços e que o faz voluntariamente, o Lions Clube de Mariana, o Leão das Minas, quer neste momento agradecer ao deputado Thiago Cotta e a esta egrégia instituição que nos premia generosamente com essa distinção.

Nos últimos meses, Mariana tem ocupado os noticiários deste país com manchetes aflitivas, ao ponto de inibir a vinda dos visitantes aos nossos acervos históricos. Afirmamos – e podem acreditar – que Mariana continua linda, e que temos pessoas e grupos valorosos trabalhando em prol dos mais necessitados e na formação do cidadão, como pode ser visto através da bela performance do Coral Tom Maior, formado por esses jovens que muito nos orgulham.

Este reconhecimento dos trabalhos que prestamos à comunidade, por certo nos fortalecerá ainda mais para continuarmos na prestação dos serviços aos menos favorecidos, com ética, com dignidade, harmonia e humanidade. Mais uma vez o nosso obrigado.

O locutor – Com a palavra, o presidente do Lions Clube de Cachoeira do Campo, CL Paulo Marcos Xavier da Silva.

O deputado Thiago Cota – Presidente, aproveito este intervalo para destacar a presença do nosso companheiro Eduardo, ex-prefeito de Piranga por três mandatos. Obrigado pela presença, amigo Eduardo.

Palavras do Sr. Paulo Marcos Xavier da Silva

Exmo. Sr. Presidente desta reunião especial de homenagem que a Assembleia Legislativa faz ao Lions, deputado Durval Ângelo; Exmo. deputado Thiago Cota, da nossa região dos inconfidentes; minha cara governadora, companheira Carmem Lúcia, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades e lideranças presentes.

Este é um instante ímpar na vida dos nossos clubes, especialmente do nosso Lions Clube de Cachoeira do Campo. Ele é ímpar porque estamos aqui nesta Casa, na Casa do povo de Minas, de onde ecoa a voz de Minas e, entre esses brados, registramos esta homenagem que nos é dada como reconhecimento pela força e pelo trabalho que a instituição Lions Clube presta a cada uma das nossas comunidades.

Certamente o Lions caminha por uma estrada que neste momento nos coloca em uma encruzilhada. Encruzilhada porque temos uma estrada que nos leva à euforia e ao entusiasmo por estarmos aqui hoje recebendo essas homenagens, que traduzem o reconhecimento de Minas por meio do seu Poder Legislativo. A instituição Lions está aqui representada por três clubes que são embriões, sementes do leonismo que se espalham pelo mundo inteiro.

Ao caminharmos por essa vertente dessa estrada, aqui nos cabe o agradecimento. Primeiro, ao nosso deputado da região dos inconfidentes, deputado Thiago Cota, ao fazer a indicação dessa moção de aplauso e reconhecimento aos clubes de Mariana, Ouro Preto e Cachoeira do Campo. Aqui registro o nosso mais sincero agradecimento, o nosso muito obrigado, caro deputado. E, por terem-na aprovado, estendo esse agradecimento aos seus demais pares da Assembleia Legislativa de Minas.

Nessa mesma encruzilhada, temos a outra vertente. Essa vertente é uma consequência desse agraciamento que nos é dado neste momento. Por que eu digo isso? Porque o Lions tem como seu lema o serviço voluntário. Receber homenagens,



receber o aplauso não é parte do nosso projeto, é uma consequência. Mas, como consequência, ele nos leva a um embate com a nossa consciência, que nos mostra o grande compromisso que devemos ter ainda mais. Ao receber esta homenagem, temos de renovar as nossas forças, temos de renovar as nossas energias para continuarmos a nossa missão de servir voluntariamente, desinteressadamente, a cada uma das nossas comunidades onde estamos inseridos.

Então, eu digo, com toda tranquilidade, a história do Lions não nos leva a decepções. A história do Lions nos leva a transformações, através das ações e da atitude de cada um dos seus membros.

Esta sessão, da qual estamos participando, companheiro, amigo, deputado Thiago, já a iniciamos com um ar de esperança, ao vermos a beleza dos jovens e dos adolescentes, que, com a sua arte, encantaram e espalharam pelo ar do nosso ambiente a paz, a tranquilidade que a melodia nos traz, num momento em que, normalmente, esse ar poderia estar cheio de turbulências. A voz dessas crianças vem nos acalantar e dizer que a esperança existe e que nós temos de ter fé e fazer cada um de nós a sua parte.

Quero, então, ao encerrar as minhas palavras, agradecer a Assembleia Legislativa, especialmente, ao deputado Thiago Cota por esta homenagem.

Vou pedir liberdade aos demais membros que estão aqui presentes para solicitar ao companheiro Renato e ao companheiro Anício para estarem aqui comigo por um instante só, rapidamente, para não tomar o tempo. Quero fazer uma aclamação conjunta da força dos inconfidentes, fazendo uma demonstração da força do leonismo. Todos de pé, por favor. Vamos dar o urro do leão, aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Um, dois, três. Esse é o símbolo do Lions. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos e a todas. Uma saudação especial a cada um de vocês que estão presentes nesta noite e a quem nos acompanha e nos assiste pela TV Assembleia. Gostaria de destacar na Mesa o amigo deputado Thiago Cota, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; a Sra. Carmem Lúcia Redoan, governadora do Distrito LC-4 da Associação Internacional de Lions Clubes; o Sr. Renato Lúcio dos Santos, presidente do Lions Clube de Ouro Preto; o Sr. Anício Chaves, de Mariana; e o Sr. Paulo Marcos Xavier da Silva, de Cachoeira do Campo.

A Assembleia Legislativa experimenta uma grande alegria ao se juntar à celebração das comunidades que, há quase meio século, vêm sendo assistidas pelo Lions Clube em Ouro Preto, Mariana e Cachoeira do Campo.

Com seu compromisso de servir aos mais carentes, os leões e suas domadoras vêm realizando campanhas de grande alcance junto às três populações, promovendo bem-estar social, melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida de jovens e idosos.

Em Ouro Preto, a organização vem se destacando também na difusão da cultura, com a promoção da literatura e da biblioteca, além de se voltar para a ajuda às pessoas com deficiência, levando-lhes conforto e dignidade. As tradicionais jornadas oftalmológicas, coordenadas em nível mundial, também foram destaque em Mariana, onde o Lions atende especialmente a famílias e crianças carentes. Aceitando desafios constantes, os leões de Cachoeira do Campo, contribuindo para um mundo melhor, vêm construindo casas populares e promovendo mutirões que oferecem lazer e cultura em prol da inclusão social.

A essa desprendida lição de serviço e promoção da cidadania, apresentamos o reconhecimento de todo o Estado representado nesta Casa, louvando a efetiva atuação entre nós da maior organização de serviço voluntário do mundo.

Em um momento de dor e sofrimento, eu não diria só de Mariana, mas também especialmente de Ouro Preto, mas acredito eu, de todo esse grande rio, que é o Rio Doce, uma dor que vai de Mariana a Regência, no Espírito Santo, uma dor que atinge o Brasil, que atinge todo mundo que tem preocupação hoje com a questão do meio ambiente, acho que esse trabalho do Lions se torna muito mais preciso e especial.

Eu gostaria aqui de fazer algumas referências importantes: primeiro, ao Coral Tom Maior, regido pelo maestro Adeuzi Batista. Parabéns, acho que a música tem um papel de encantamento muito grande não só na vida de vocês, que estão envolvidos nesse belo trabalho do coral e já mostraram a belíssima apresentação no início, mas também para as suas famílias, para todos que ouvem vocês cantando. Acho que não é à toa que tem um velho ditado latino que diz: quem canta reza duas vezes, porque se aproxima muito mais do Divino.

Falei ao Paulo que ia fazer essa revelação, que minha filha mais velha, Maria Júlia, é antropóloga e professora universitária, mora em Cachoeira do Campo. Meu genro, Fábio, é professor de Filosofia na Escola Estadual de Cachoeira do Campo. Já há alguns anos, minha vida tem toda essa ligação não só pelo apoio, pelo carinho que recebemos dos amigos do Partido dos Trabalhadores em Ouro Preto, mas também por essa presença. Em Cachoeira do Campo, nos últimos 37 anos ou 38 anos, já assessoriei vários cursos e encontros no educandário salesiano.

Durante 26 anos fui servidor, professor universitário na Inspeção Salesiana, no Instituto Santo Tomás de Aquino, um instituto de formação de padres e religiosos da congregação salesiana.

Mas quero fazer um destaque a esse jovem deputado Thiago Cota, e não só como um grande amigo e companheiro: atuo nesta Casa como líder de governo e quero dizer que ele chegou aqui com muita grandeza, por seu jeito – cativando os amigos e aproximando as pessoas – e por sua competência. Não é à toa que hoje é membro titular da Comissão de Cultura, e, com Thiago Cota na Comissão de Cultura, pela primeira vez o Fórum Mineiro de Cultura foi realizado na cidade de Ouro Preto, em função do seu trabalho e atenção a esse fórum. E digo mais: o ciclo estadual para discutir a Lei Estadual de Cultura teve seu primeiro evento em Ouro Preto. Ele também é membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Estou nesta Casa há 22 anos ininterruptos e sei que a esta comissão só vai deputado que já começou a perder o cabelo ou tem cabelo branco. Ele já começou a perder os cabelos, mas ainda não estão brancos. É uma comissão da maior responsabilidade nesta Casa, e ele já começa com muito brilhantismo, sendo relator de projetos do governo do Estado. Quando, nessa comissão, o governo me passa a tarefa de apreciarmos uma lei fundamental para o Estado, ressaltando sua importância, não tenho dúvida em indicar o Thiago Cota como relator, porque sei que o trabalho vai ser bem feito.

Quero dizer ainda que, como líder de governo, pedi aos deputados que indicassem suas cidades para a realização de um trabalho de reforma de quase 700 escolas estaduais, algumas delas já praticamente impossibilitadas – se fossem alvo de uma vistoria do Corpo de Bombeiros, seriam impedidas de funcionar. Qual não foi a minha surpresa ao ver que quase todas as indicações do Thiago Cota foram em Mariana e Ouro Preto. É bom que a gente divulgue isso, porque as coisas negativas da política estão aí; delas, todos sabemos, e a cada dia saem mais notícias. Então, é bom divulgar as coisas boas. Bem, só na cidade de Mariana, em seu primeiro ano de mandato, Thiago Cota conseguiu liberar, na educação e na saúde, R\$5.000.000,00. Imaginem se todos os parlamentares votados naquela cidade tivessem essa preocupação! Também a superintendente de Educação de Ouro Preto, a Crovymara, reconheceu diretamente comigo a atenção do deputado com as escolas estaduais de Ouro Preto.

Então, a Ana Paula, sua esposa, que está aqui, e seus filhos, que nos assistem de casa, podem ficar orgulhosos do pai. É um deputado que não chega como neófito, mas com sabedoria, carinho e atenção com toda a região dos incondidentes, que merece o destaque e o reconhecimento de todos nós. Então, Thiago, quando você me pediu que estivesse presente a esta homenagem ao Lions, aceitei não por obrigação, como colega parlamentar, mas sim em função das referências que já fiz à minha relação, até familiar, com a região e, principalmente, pelo reconhecimento do seu trabalho. Como líder do governo Fernando Pimentel, digo que você tem o nosso reconhecimento e a nossa admiração. Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora o Coral Tom Maior, sob a regência do maestro Adeuzi Batista Filho, que apresentará as seguintes músicas: *You raise me up*, de autoria de Rolf Lovland e Brendan Graham; *Água fresca*, de Paulo Sales; e *El sueno grande*, de Luiz Hernandez.



– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Muito obrigado, coral e maestro. Agradecemos-lhe. Acho que é bom falar para quem nos assiste de casa agora, ao vivo: isto é o Lions. Mas já fizemos aqui uma homenagem aos 100 anos do Rotary, fui autor dessa homenagem. O Rotary também tem a mesma lógica de serviço voluntário. Quem serve traz coisas simples e belas, como ouvimos na voz de vocês, que trouxeram o significado e a síntese do trabalho do Lions. Você pode servir com alegria e beleza no coração.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 22/3/2016.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/10/2015

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis, Geisa Teixeira e Cristina Corrêa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Geisa Teixeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.945/2015, do deputado Inácio Franco e da deputada Rosângela Reis, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater os 10 anos de vigência da Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, bem como para discutir seus avanços e desafios;

nº 3.946/2015, do deputado Inácio Franco e da deputada Rosângela Reis, em que solicitam seja realizado debate público sobre os 10 anos de vigência da Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, bem como para discutir seus avanços e desafios;

nº 3.947/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a participação da mulher negra nos espaços de poder;

nº 3.948/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir sobre a mulher e o mercado de trabalho, em especial sobre a participação e a inclusão da mulher negra nesse mercado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2016.

Rosângela Reis, presidente – Geisa Teixeira – Carlos Pimenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/2/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Douglas Melo, Professor Neivaldo e Rogério Correia (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Douglas Melo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do

Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.721/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença dos deputados Paulo Lamac, Dalmo Ribeiro Silva e Gustavo Corrêa. O deputado Douglas Melo passa a presidência dos trabalhos ao deputado Paulo Lamac. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.863/2016. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.987/2016, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a designação e a recomposição do quadro de profissionais da educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.978/2016, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a necessidade de instalação de unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – na zona norte de Juiz de Fora;

nº 4.979/2016, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais – Sectes – pedido de providências para a instalação de unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – na zona norte de Juiz de Fora;

nº 4.981/2016, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam aceitos nos processos de designação os profissionais atingidos pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100 que estavam afastados e foram exonerados em dezembro de 2015;

nº 4.984/2016, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a qualificação profissional e a educação empreendedora no currículo escolar;

nº 4.986/2016, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para reforma do telhado do prédio do Instituto de Educação de Minas Gerais, localizado em Belo Horizonte;

nº 4.988/2016, do deputado Rogério Correia e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada audiência pública com os senadores Aécio Neves e Antonio Augusto Junho Anastasia para debater a atual situação dos servidores atingidos pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.187/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita ao Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA-BH –, no Município de Belo Horizonte, para conhecer o trabalho realizado e as dificuldades enfrentadas e apoiar as ações desenvolvidas na unidade;



nº 5.188/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita à Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais – OAB-MG –, no Município de Belo Horizonte, para solicitar parceria na divulgação e coleta de assinaturas no âmbito da campanha “Cerveja também é álcool”;

nº 5.189/2016, dos deputados Antônio Jorge, Léo Portela e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Segurança Pública e de Saúde para debater a política estadual de tratamento de dependentes químicos e a atuação das comunidades terapêuticas, ambulatórios e afins, bem como para discutir o andamento dos programas Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, Aliança pela Vida e Território Aliança.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2016.

Antônio Jorge, presidente – Léo Portela – Ione Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/3/2016

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Paulo Lamac, Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola e Cristina Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Fábio Piló, presidente da Comissão de Assuntos Carcerários da OAB-MG, publicado no *Diário do Legislativo* em 3/3/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Paulo Lamac). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir as Sras. Luciana Leão Lara e Cibele Cristina Maffia Lopes, defensoras públicas; e Nívea Mônica Silva, promotora de justiça. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.192/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de fortalecimento da democracia e a promoção dos direitos humanos;

nº 5.193/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para apuração da situação do Presídio Regional de Nova Lima, em razão de denúncia encaminhada a esta comissão dando ciência de que o referido presídio se encontra em situação de calamidade pública, funcionando acima da capacidade e sem ventilação, enfermaria e local adequado para banho de sol.

É recebido pela presidência, submetido a votação e rejeitado o Requerimento nº 5.194/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e solicitar providências cabíveis sobre o ato do comandante-geral da Polícia Militar que determinou a transferência do 3º-Sgt. PM Lucas Alonso y Alonso Guazzelli, antes lotado na 147ª Cia. TM do 4º BPM, em Uberaba, para o 47º BPM, em Muriaé.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 11 de março de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Durval Ângelo.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.893, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.898, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.901, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de



Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.396/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outra providência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.322, 3.323, 3.365, 3.391 e 3.393/2015, do deputado Cabo Júlio; e 3.966 a 3.968/2016, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o cronograma de obras da BR-040 entre o Anel Rodoviário e Conselheiro Lafaiete.

Recebimento e votação de requerimentos.



ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.249/2015, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.277/2015, do deputado Cabo Júlio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência de convidados, debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração, no Município de Mariana, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, Cabo Júlio, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 29/3/2016, às 10 horas, à 6ª Companhia da Polícia Militar, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar as condições de trabalho dos policiais, bem como os recursos logísticos à sua disposição.

Sala das Comissões, 28 de março de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, Cabo Júlio, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente à manifestação de aplauso ao Sgt.-PM Leonardo Leandro Souza Diniz pelo excelente trabalho social desenvolvido no Município de Cordisburgo; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, e os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 30/3/2016, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições das comissões; de, em audiência pública, debater a denúncia de agressão da Polícia Militar de Minas Gerais aos foliões do Bloco das Bicletinhas, na noite de Carnaval do dia 4/2/2016, conforme solicitação do Sr. Pedro Luiz Neves Vítter, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2016.

Marília Campos, presidente.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 23/3/2016, as seguintes comunicações:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento de Maria Halfa Chequer de Andrade, ocorrido em 22/3/2016, em Viçosa. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Bosco em que notifica o falecimento de Cleonice Alves Proença, em 21/3/2016, em Montes Claros. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Luiz Fábio Cherem, matrícula 18854-9, no período de 15 a 19/2/2016.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.



ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Antônio Jorge de Souza Marques, matrícula 22617-3, no dia 16/2/2016.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Fábio José de Oliveira, matrícula 22516-9, no período de 14 a 22/2/2016.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Neilando Alves Pimenta, matrícula 18863-8, no período de 2 a 29/2/2016.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Neilando Alves Pimenta, matrícula 18863-8, no período de 7 a 28/3/2016.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

TERMO DE CONTRATO Nº 108/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços gráficos de impressão de livros. Vigência: a partir da data da assinatura até a cabal e perfeita entrega dos serviços contratados. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 8/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. Objeto: seguro de acidente pessoal coletivo. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, com termo inicial em 1º/5/2016 e termo final em 30/4/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701.2009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 22/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Locagerais Locadora de Veículos Ltda. Objeto: locação de veículo, pelo sistema mensal, sem motorista, com quilometragem livre, incluindo seguro total sem ônus da franquia para a contratante. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual com reajuste de preço. Vigência: de 16/6/2016 a 15/6/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 23/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unimed BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência à saúde, através de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial. Objeto do aditamento: prorrogação excepcional, por 3 meses, ou até a conclusão do processo de licitação em curso. Vigência: 3 meses, de 2/3/2016 a 1º/6/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.